

INSTITUTO  
Documentação  
SOCIOAMBIENTAL  
Fonte *Perantim V. 19 Nº 195*  
Data *maio/1997* Pg *12*  
Class. *Suruí 170*

# Negligência médica mata índios em Rondônia

Foto: Antônio C. Queiroz/Cimi



**Povo Suruí luta por melhor assistência à saúde**

**N**um documento com 30 assinaturas dirigido ao Cimi pelo Projeto de Assessoria aos Povos Indígenas do Conselho de Missão entre Índios (PROARI/COMIN), a Organização Indígena Metareilá denuncia a morte de duas crianças indígenas e de uma mulher após o parto. Uma índia morreu e outra perdeu seu filho, vítimas da negligência médica e do descaso para com a saúde indígena no país. Os casos aconteceram no Hospital da Fundação Nacional de Saúde de Cacoal, Estado de Rondônia.

No dia 10 de abril, após poucas horas de consulta, a índia Hilda Ogalab Suruí foi autorizada pelo médico Francisco Pinheiro a voltar para casa, mesmo já estando em trabalho de parto. Quase quatro horas após este atendimento, às 23h, a índia Hilda Ogalab voltou ao hospital com dores insuportáveis, e foi atendida às pressas pelo médico Juarez Marreiro. O trabalho de parto teve início às 2h30 da madrugada e teve como consequência a morte da índia e da criança que ela esperava. O falecimento de Hilda Ogalab e da criança não foi sequer comunicado ao marido da vítima, José Itabira Suruí, ou à Funai. Hilda morreu com o útero dilacerado por demora no atendimento.

Por recomendação da Assessoria Jurídica da Funai, foi aberto um inquérito para apurar o caso. Entretanto, até agora, só foram ouvidas as pessoas ligadas ao setor de Saúde de Cacoal. Nenhum índio foi intimado. O caso foi também encaminhado ao Conselho Regional de Medicina que ainda não se posicionou sobre o assunto.

**Outra morte** - Dias antes, em 6 de abril, outra índia, casada com um índio Mequéns também perdeu a criança nas mesmas condições e por pouco não morreu. As lideranças da Organização Indígena Matareilá acusam de omissão a saúde pública local. Os índios de Rondônia, revoltados com estes fatos, exigem a condenação e o afastamento do médico criminoso. Eles reclamam por um tratamento específico e diferenciado para os povos indígenas, conforme decisão das duas Conferências Nacionais de Saúde Indígena. (K.V.)